

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PESCA – CEPESCA

Aos dezoito dias de outubro do ano de dois mil e dezessete, às 8h 25 min no Auditório da Escola Superior de Advocacia de MT – ESA/OAB/MT ocorreu a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Pesca – CEPESCA, com a seguinte pauta: 1) Abertura da reunião, discussão e votação das atas da: 3ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 23 de junho de 2017; 1ª Reunião Extraordinária, ocorrida no dia 19 de julho de 2017; 4ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 18 de agosto de 2017; 2) Informes; 3) Questionamentos ocorridos em relação à Moção nº 01/2017 dirigida aos órgãos estaduais competentes e ao IBAMA, referente à preocupação com a instalação das Usinas Hidrelétricas; 4) Assuntos Gerais e Encerramento. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo da SEMA, Sr. André Luís Torres Baby, de acordo com o Decreto Estadual nº 431 de 22/02/16, assessorado pela Srª. Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila, Secretária Executiva do CEPESCA. A reunião contou com a presença dos seguintes representantes institucionais do Conselho: Sr. Luiz Augusto Moreira Amaral, representante do setor empresarial de turismo de pesca – Bacia Amazônica (ARPAN); Sr. Cleres Tubino Silva, representante do setor empresarial de turismo de pesca – Bacia Paraguai (ASATEC); Srª. Débora Fernandes Calheiros, representante da Bacia Paraguai-Colônia Z 10; Srs. Joelson de Campos Maciel e Rafael Vieira Nunes, representantes do MPE/MT; Srª. Jeandra dos Santos Barbosa, representante da Bacia Araguaia-Colônia Z 09; Sr. Cesar Esteves Soares, representante do IBAMA/MT; Srs. Hellen Cristina Gomes Maya Araújo e Douglas Delfino Pereira, representantes do MDIC/EFAP-MT; Srª. Julita Burko Duleba, representante da Bacia Amazônica-Colônia Z 16; Sr. Lídio Coletto, representante do setor empresarial de turismo de pesca – Bacia Araguaia (Pousada Alto Xingu); Srª. Lúcia Aparecida de Fatima Mateus, representante da UFMT; Sr. Djair Sergio de Freitas Junior, representante do FONASC. Estiveram presentes também participantes ouvintes, conforme lista de presença da reunião, arquivada na Secretaria Executiva do CEPESCA, sendo registrado os que se manifestaram: Srª. Gislaíne Pazeto da Silva Lima (BPMPA). A reunião foi aberta pelo Sr. André Baby e inicia perguntando ao Conselho se tem alguma observação sobre requerimentos de urgência que tivessem fora da pauta, para ser inserido. A reunião se inicia com inversão de pauta e foram dados os seguintes informes: 1) Justificativas de ausência da Federação dos Pescadores que informou a Secretaria Executiva em 16.10.17, sobre a viagem do Presidente para Brasília/DF, conforme Ofício Circular nº 005/2017/CNPA; 2) Alteração das últimas duas reuniões ordinárias do CEPESCA de 2017,

34 sendo antecipadas para QUINTA-FEIRA, sendo a próxima no dia 14.12.17, em função da
35 agenda do Presidente em Substituição do CEPESCA; 3) Formalizada a indicação dos
36 representantes da Secretaria da Aquicultura e Pesca/MDIC para comporem o CEPESCA,
37 sendo a titular, a Sr^a. Hellen Cristina Gomes Moya Araújo e o Suplente, o Sr. Douglas
38 Delfino Pereira; 4) Lançamento da Campanha da Piracema 2017/2018 ocorrida em
39 05.10.17. A Secretária Executiva registra o descontentamento com a falta de pescadores
40 profissionais no evento, conforme lista de presença arquivada na Secretaria Executiva do
41 CEPESCA. O convite havia sido enviado a todos os conselheiros envolvendo os presidentes
42 das Colônias e Federação dos Pescadores Profissionais. O evento foi preparado com o
43 objetivo de abordar sobre os direitos e deveres dos pescadores e estiveram presentes
44 todas as instituições estaduais e federais que atuam direta ou indiretamente na atividade
45 da pesca. A Sr^a. Julita Duleba também se manifesta insatisfeita com a ausência do
46 público alvo no referido evento. 5) A Superintendência de Educação Ambiental -
47 SUEA/SEMA-MT e o Conselho Estadual de Pesca - CEPESCA/SEMA-MT, estarão
48 realizando o *Diálogo de Pesca: Direitos e Deveres dos Pescadores*, no dia 27/10/2017
49 (sexta-feira) no Centro Comunitário de Bonsucesso - Várzea Grande/MT, das 8h30 às
50 12h, dando continuidade nas ações de orientação durante o período da Piracema; 6)
51 Processo n° 544108/2017 - solicitação de inclusão de pautas para Reunião do CEPESCA
52 realizada pela Conselheira Débora Calheiros, em 05.10.17, sendo acatadas parte das
53 recomendações. O Sr. Joelson contextualiza sobre a publicação da Ação Direta de
54 Inconstitucionalidade (ADIN) em relação ao Decreto Estadual n° 1.190 de 15.09.17 que
55 regulamenta a piscicultura em MT, bem como as alterações na Lei do Pantanal vigente e
56 informa que a Procuradoria Geral do Estado deverá ser notificada em poucos dias. Ele
57 antecipa que a competência legal para a definição das espécies exóticas é da União,
58 conforme descrito na referida ADIN; 7) Regulamentação de Isca Viva - apresentou-se a
59 sugestão de não ser declarado estoque de isca-viva, no período de Piracema, pois
60 favorece a ilegalidade da prática da pesca durante o período proibitivo da pesca. O Sr.
61 Cleres sugere que seja realizado um feirão de venda de pescado, na véspera do início da
62 Piracema para que todo o estoque de isca-viva, seja comercializado. O Sr. Luiz Amaral
63 informa que a última operação de fiscalização de pesca depredatória ocorrida em Poconé,
64 conseguiu agir sobre uma quadrilha de contravenção de drogas e outros crimes, que vinha
65 atuando na região a mais de 15 anos. Ele posiciona que não há necessidade de ter
66 declaração de estoque de isca-vivas, porém em relação às espécies de piracema, como:
67 tuvira, tambatoá, jejum e muçum deveria ser feito como em anos anteriores, sendo

68 liberada a pesca de isca-viva antecipadamente ao período da piracema e reforça a
69 importância de se reunir com os atores de isca-vivas para que sejam tomadas as medidas
70 corretamente. O Sr. Douglas Pereira sugere que o estoque deveria ser permitido apenas
71 para os estabelecimentos cadastrados e especializados em isca-viva. O Sr. Cesar Soares
72 reforça que não tem como ser atendidas todas as demandas da pesca nos instrumentos
73 normativos e sugere que a norma seja mantida em relação à declaração de estoque de
74 isca-viva; 8) O Sr. Lídio Coletto informa sobre uma reunião que acontecerá em
75 Canarana/MT, na próxima semana, em que serão discutidos os problemas ambientais da
76 região do Rio Culuene. Foi recomendado pelo Presidente do CEPESCA que o Sr. Lídio
77 represente o CEPESCA na referida reunião e que qualquer demanda em relação à pesca
78 seja encaminhada para o Conselho Pleno para análise e devidos encaminhamentos. O Sr.
79 André Baby, aproveita para reforçar que acontecerá em Barra do Garças/MT uma
80 audiência pública intitulada SOS Araguaia, na qual serão discutidos os problemas de seca
81 e drenagem das áreas úmidas que vêm causando grandes prejuízos a todos da região e
82 que terão representantes da SEMA acompanhando os devidos encaminhamentos; 9) O
83 Sr. André Baby informa sobre o resgate do título do Pantanal de Reserva da Biosfera e
84 sobre a constituição do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera do Pantanal, tanto em
85 MT, quanto em MS e que as ações em prol do Pantanal serão fortalecidas. O Sr. Cesar
86 Soares, reforça a importância de ser realizada uma reunião de alinhamento com MS em
87 relação ao estabelecimento do período da piracema. O Sr. André Baby, reforça sobre os
88 encaminhamentos já realizados e informados na 2ª Reunião Ordinária de 2017, em que
89 umas das iniciativas foi a reunião em Campo Grande/MS entre os gestores das
90 Secretarias de Meio Ambiente de MT e MS em 12.04.17. Ele complementa sobre a
91 elaboração da Carta de Caiman e que estão sendo firmados os compromissos nela
92 instituídos. A Srª. Gislaíne Lima reforça a importância de envolver o BPMPA de MS nas
93 discussões do alinhamento do período da piracema. O Sr. Lídio Coletto sugere também a
94 importância de convidar o BPMPA de GO para esta discussão. A Srª. Lucia Mateus reforça
95 que tem sido realizado vários contatos e troca de informações técnicas com os
96 pesquisadores de MS sendo disponibilizada a metodologia adotada para o monitoramento
97 do período reprodutivo dos peixes em MT de forma a subsidiar as decisões de MS, em
98 relação ao estabelecimento do período de defeso e complementa que com esta interação
99 está aumentando a quantidade de dados a serem inseridas no modelo matemático de
100 MT. O Sr. Cleres Silva aponta sobre a necessidade de ajustar a lei vigente da pesca, em
101 relação à proibição da pesca do dourado, pois nos campeonatos de pesca o dourado não

102 está sendo pontuado, e sugere a inclusão da permissão da prática do pesca e solte. Ele
103 aponta também a necessidade do MPE de MS emitir uma notificação recomendatória em
104 relação ao período da piracema, assim como ocorreu em MT, para que os devidos
105 encaminhamentos sejam tomados, o quanto antes. Outra questão abordada, por ele é
106 sobre a região do entorno da Estação Ecológica Taiamã, em Cáceres/MT que necessita
107 ser protegida em relação à prática da pesca. O Sr. André Baby aproveita para apresentar
108 ao Conselho Pleno que o ICMBio demandou ao CEPESCA esta situação, conforme e-mail
109 enviado em 09.10.17 e propõe que este assunto seja proposto como pauta na próxima
110 reunião ordinária e que o ICMBio esteja presente para apresentar ao conselho pleno e
111 subsidiar os devidos encaminhamentos; 10) A Srª. Gabriela Priante informa que no início da
112 piracema, foram dados os devidos esclarecimentos à população em relação ao período da
113 piracema em MT, sendo abordada a diferenciação do período estabelecido pelo Estado e
114 pela União, nos canais de comunicação disponíveis como: tv, rádio, jornal e redes sociais; 11)
115 A Srª. Gabriela Priante informa também sobre a reunião de alinhamento da legislação da
116 pesca ocorrida em 15.09.17 com a participação da SEMA, BPMPA, IBAMA, MDIC/EFPA-MT
117 com o objetivo de fortalecer as ações de fiscalização da pesca na área de jurisdição de
118 cada instituição, bem como de proporcionar maior efetividade na aplicação da lei da
119 pesca; 12) O Sr. Rafael Nunes reforça sobre os trabalhos que vem sendo desenvolvidos
120 pelo Grupo de Trabalho da Normatização da Aquicultura e que o resultado será
121 apresentado na próxima reunião ordinária. A Srª. Débora Calheiros aproveita para
122 informar que na próxima reunião do GT Aquicultura estará presente o Dr. Angelo
123 Agostinho, especialista em produção pesqueira, do NUPELIA da Universidade Federal do
124 Maringá. A próxima pauta foi sobre os questionamentos ocorridos em relação à Moção nº
125 01/2017 dirigida aos órgãos estaduais competentes e ao IBAMA, referente à preocupação
126 com a instalação das Usinas Hidrelétricas. A Secretária Executiva contextualiza todos os
127 encaminhamentos dados na elaboração da Moção nº 01/2017, apresentando todas as
128 versões anteriores da referida Moção e explica que ocorreu um problema com o uso do
129 sistema de gravação e não conseguiu resgatar o áudio da 3ª Reunião Ordinária para
130 dirimir as dúvidas do Conselho Pleno. Em relação ao questionamento da Srª. Débora
131 Calheiros, foi explicado que a inclusão do termo "sob alerta", foi apresentado e aprovado
132 pelo Conselho Pleno. O Sr. André Baby reforça o significado de moção que tem o sentido
133 de sugerir e orientar, reforçando que cada empreendimento a ser instalado na Bacia fique
134 sob alerta, considerando a existência da Moção do CEPESCA. Ele solicita que os assuntos
135 tratados pelo Pleno, devem ser tratados com muita cautela e lamenta o ocorrido pela

136 troca de e-mails em relação a este tema, envolvendo pessoas que não acompanharam as
137 reuniões do CEPESCA. Em função destes e-mails, foram protocolados na SEMA mais de 17
138 ofícios contrários à moção e foi recebida uma manifestação jurídica sobre sua
139 irregularidade. Ele reforça que estes encaminhamentos ocorreram em função de
140 desconhecimento do que realmente havia ocorrido em plenário, correndo o risco de levar
141 ao descrédito das deliberações do CEPESCA, perante à sociedade. A Srª. Débora
142 Calheiros reforça a importância de se retirar o termo "*sob alerta*" quanto à suspensão dos
143 licenciamentos e outorgas de hidrelétricas e da hidrovía Paraguai-Paraná na Bacia do Alto
144 Paraguai. Ela questiona a falta da gravação pois não consegue se lembrar o que ocorreu
145 na referida reunião e lamenta que não recebeu a minuta da moção, antes da sua
146 publicação. O Sr. Joelson Maciel explica o significado de moção a qual não tem força de
147 liminar e sim de uma constituição *in mora*, é como se fosse uma notificação
148 recomendatória, o gestor pode ou não acatar e se a moção for descumprida estará
149 agindo com dolo; ela tem importância jurídica e política. A Srª. Débora Calheiros informa
150 que os licenciamentos de usinas hidrelétricas em MT continuam em andamento, mesmo
151 sem a finalização do Plano de Recursos Hídricos e que a grande maioria das Bacias
152 Hidrográficas em MT tem a instalação destes empreendimentos afetando diretamente a
153 população dos peixes migratórios, totalizando 45 usinas hidrelétricas instaladas na Bacia
154 do Alto Paraguai (BAP). Ela também aponta que o CONAMA estabelece a necessidade de
155 ser considerado a ocupação da bacia hidrográfica como um todo. O Sr. Joelson Maciel
156 esclarece que a Ação Civil Pública sobre o estabelecimento das usinas na BAP proposta
157 pelo Ministério Público Federal já foi julgada sendo permitido a instalação destes
158 empreendimentos que deverão ser analisados separadamente cada caso. Após várias
159 manifestações e contextualização do que ocorreu até a publicação da Moção nº001/2017,
160 o Sr. André Baby, questiona ao Conselho Pleno se a referida Moção deverá ser cancelada
161 e um novo texto deva ser elaborado para posterior aprovação. O Sr. Cesar Soares reforça
162 que apesar de não estar presente no dia da reunião em que o texto da moção foi
163 aprovado, após as discussões ocorridas no Conselho Pleno ele entende que a moção
164 contempla os anseios do CEPESCA. A Srª. Lúcia Mateus reforça que todas as discussões
165 ocorridas pelo conselho pleno foram encaminhadas corretamente pela Secretaria
166 Executiva e não vê prejuízos na manutenção da moção na forma que já está publicada e
167 reafirma que a mesma contempla o que foi discutido no CEPESCA. O Sr. André Baby
168 reforça que se sente muito constrangido com os encaminhamentos tomados em relação
169 à esta moção e que houve seis pedidos formais de exoneração da sua pessoa. Ele

170 esclarece que defende a fé pública e sempre foi muito bem-intencionado, conduzindo os
171 trabalhos de forma comprometida e técnica, fortalecendo e encaminhando as decisões do
172 CEPESCA. O Sr. Rafael tem receio de enfraquecer o posicionamento do CEPESCA, caso a
173 moção já discutida, aprovada e publicada, seja cancelada; ele reforça também que a troca
174 de e-mails sobre este assunto ocorridos entre Débora Calheiros e André Baby devem ser
175 evitados pois envolveu pessoas de fora do conselho pleno e este tipo de procedimento
176 poderá enfraquecer o CEPESCA. A Sr^a. Débora Calheiros solicita que a questão da
177 outorga deveria ser contemplada na moção. O Sr. André Baby, esclarece que a outorga
178 não foi discutida em nenhum momento e não foi apresentada na minuta da referida
179 moção. Após todas as discussões, colocou-se em votação sobre a manutenção da Moção
180 n° 001/2017. Foram 08 votos favoráveis, 01 voto contrário, 02 abstenções da plenária e 01
181 abstenção da presidência, sendo aprovado pela maioria do conselho pleno a manutenção
182 da Moção n° 001/2017, conforme já publicado no diário oficial n° 27097 de 01.09.17. A
183 próxima pauta foi a leitura e aprovação da ata da 3^a Reunião Ordinária de 2017. A mesma
184 foi aprovada pela maioria, tendo 01 voto contrário da Sr^a. Débora Calheiros. O Sr. Cesar
185 Soares reforça a importância de que as atas sejam encaminhadas antecipadamente, de
186 acordo com o estabelecido no regimento interno, e que as mesmas devam ser
187 encaminhadas logo após a ocorrência das reuniões para facilitar sua análise. O Sr. André
188 Baby também reforça que a secretária executiva deverá priorizar a elaboração das atas
189 para evitar demais transtornos junto ao Conselho Pleno e encaminhá-las o quanto antes
190 para os Conselheiros. Considerando o adiantado da hora, as atas da 1^a Reunião
191 Extraordinária, ocorrida no dia 19 de julho de 2017 e da 4^a Reunião Ordinária, ocorrida no
192 dia 18 de agosto de 2017, serão aprovadas na próxima reunião. Nada mais havendo a
193 declarar a reunião encerrou às 12 h e 15 min e eu, Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila,
194 lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pela Secretária Executiva do
195 Conselho Estadual de Pesca – CEPESCA.

196 

197 _____
198 André Luís Torres Baby
199 Presidente do CEPESCA
200 (em substituição)

196 

197 _____
198 Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila
199 Secretária Executiva do CEPESCA